

# ENQUADRAMENTOS, TELEJORNALISMO E POLÍTICA: A DEMISSÃO DE SERGIO MORO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA NO JORNAL DA RECORD

*FRAMEWORKS, TELEVISION JOURNALISM, AND POLITICS: THE DISMISSAL OF  
SERGIO MORO FROM THE MINISTRY OF JUSTICE AND PUBLIC SECURITY IN  
JORNAL DA RECORD*

*ENCUADRAMIENTOS, TELEDIARIO Y POLÍTICA: LA RENUNCIA DE SERGIO MORO  
DEL MINISTERIO DE JUSTICIA Y SEGURIDAD PÚBLICA EN EL JORNAL DA RECORD*

Daniel Batista de Jesus da Silva<sup>1</sup>  
Michele Negrini<sup>2</sup>

## Resumo

A política é um tema que perpassa o cotidiano das sociedades e que faz parte da pauta telejornalística. No caso da demissão de Sérgio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Jornal da Record fez ampla cobertura ao fato. Assim, o foco deste artigo é analisar os enquadramentos construídos sobre o pedido de demissão do ex-ministro Sérgio Moro nas edições do Jornal da Record de 24 e 25 de abril de 2020. Os procedimentos analíticos são norteados pela análise de conteúdo e os conceitos de enquadramento. Após a análise dos aspectos selecionados, excluídos e enfatizados, observou-se predominância do enquadramento de conflito, reforçando o embate entre os envolvidos.

**Palavras-chave:** telejornalismo; enquadramentos; Jornal da Record.

## Abstract

Politics is a theme that permeates the daily life of society, and it is part of the television journalism agenda. In the case of the Sergio Moro resignation of the Ministry of Justice and Public Security, the Jornal da Record covered the fact extensively. Then, this paper's focus is to analyze the frames built about the resignation of former minister Sergio Moro on the Jornal da Record in the editions of April 24 and 25, 2020. The analytical procedures are guided by content analysis and the framing concepts. After analyzing the selected, excluded and emphasized aspects, a predominance of the conflict framework was observed, reinforcing the clash between those involved.

**Keywords:** television journalism; frames; Jornal da Record.

## Resumen

La política es un tema que forma parte del día a día de las sociedades y que forma parte del programa de noticia. En el caso de la renuncia de Sergio Moro del Ministerio de Justicia y Seguridad Pública, el Jornal da Record hizo amplia cobertura al hecho. Así, el foco de ese artículo es analizar los encuadres construidos sobre la renuncia del exministro Sergio Moro en las ediciones del Jornal da Record del 24 y 25 de abril de 2020. Los procedimientos analíticos se guían por el análisis de contenido y los conceptos de encuadramiento. Después del análisis de los aspectos seleccionados, excluidos y enfatizados, se observó el predominio del marco de conflicto, reforzando el enfrentamiento entre los involucrados.

**Palabras clave:** telediario; encuadramientos; Jornal da Record.

---

<sup>1</sup> Jornalismo na Universidade Federal de Pelotas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4673-1744>. E-mail: [batista.daniel10@gmail.com](mailto:batista.daniel10@gmail.com).

<sup>2</sup> Possui graduação em Sistemas de Informação pelo Centro Universitário Franciscano (1999), graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (2002), mestrado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005) e doutorado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2999-0186>. E-mail: [mmnegrini@yahoo.com.br](mailto:mmnegrini@yahoo.com.br).

## 1 Introdução

Este artigo recorre ao conceito de enquadramento, a partir de autores como Robert Entman (1993) e Mauro Porto (2004), para analisar os enquadramentos efetivados pelo Jornal da Record acerca da demissão do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Serão estudadas as edições do telejornal que foram ao ar nos dias 24 e 25 de abril de 2020. O intuito é identificar como o assunto foi noticiado ao público. Por isso, busca-se entender como a cobertura sobre o pedido de demissão do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, foi enquadrada pelas edições do Jornal da Record. Assim, os objetivos são: analisar como as notícias sobre a demissão do ex-ministro foram construídas no Jornal da Record, a partir da ótica do enquadramento; analisar a construção das reportagens televisivas sobre o assunto em questão; e analisar se há predominância da versão de algum dos envolvidos, o presidente Jair Bolsonaro e Sergio Moro. O uso da abordagem de enquadramento justifica-se, pois, um mesmo fato pode ser abordado de maneiras diferentes, a partir de aspectos que permeiam a prática jornalística.

A política é motivo de debate constante entre a sociedade, seja pela preferência ou mesmo paixões deliberadas por determinada pessoa que exerce cargo político derivado de votação popular nos poderes Executivo ou Legislativo, ou mesmo que ainda postula a um desses cargos, seja pela crítica aos que já estão exercendo essas funções. No entanto, o principal meio de acesso ao que acontece no palácio do planalto ou nas casas legislativas federais ainda é a mídia, por meio dos veículos de comunicação, que passam ao público por rádio, televisão, jornal ou em meios digitais, informações, os bastidores desse mundo e, de certo modo, traduzem as decisões que são tomadas na capital federal e afetam a vida dos brasileiros.

Desde a redemocratização brasileira, iniciada ao final da década de 1980, após mais de 20 anos sob a ditadura militar, o país teve oito presidentes. Em todo esse período, sob os preceitos constitucionais da liberdade de imprensa e do veto à censura, os veículos de comunicação tiveram destaque por meio da disseminação de informações que fomentaram o debate público em torno de determinados temas diretamente ligados aos mandatários. Mais recentemente, um nome passou a estar presente no noticiário político: o de Jair Bolsonaro. Nascido em Campinas (SP), em 21 de março de 1955, foi capitão do Exército de 1979 a 1981, eleito vereador pelo Rio de Janeiro em 1988, desde 1991 exerceu o cargo de deputado federal por sete mandatos consecutivos e assumiu a presidência da República, em 2019. Defensor de pautas conservadoras, tornou-se presença constante em programas de televisão, mas passou a ter popularidade por meio das redes sociais.

Com uma campanha contando com pouco tempo de TV e maciçamente presente nas redes sociais, conforme apontado por Struck (2018) em reportagem publicada na Deutsche Welle Brasil em 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República pelo Partido Social Liberal (PSL), conquistando mais de 57 milhões de votos (55,13% do total) no segundo turno, contra o candidato do PT, Fernando Haddad. Quatro dias depois, mantendo o discurso da organização de um governo técnico e do combate à corrupção, Bolsonaro anunciou o ex-juiz Sergio Moro para o futuro Ministério da Justiça e Segurança Pública. Moro havia se tornado conhecido perante o público por ter sido juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba e, em primeira instância, da Operação Lava Jato.

Ao final de 2018 e em 2019, no entanto, a presença de Moro no governo de Bolsonaro sinalizava, perante a opinião pública, um comprometimento com o combate à corrupção. Ainda, o presidente passava a contar com o prestígio do ex-juiz perante parte da população aliado à rejeição ao PT por parte do eleitorado. Isso pode ser visto em pesquisas de opinião realizadas ao longo de 2019, nas quais Moro despontava como o ministro mais bem avaliado do governo. Em setembro, 94% dos entrevistados afirmaram conhecer o ex-juiz e, nessa parcela, a gestão do ministro foi considerada como ótima ou boa por 54%, superando em 25 pontos o presidente da República, que obteve 29% de aprovação (Faria, 2019). Em dezembro do mesmo ano, 53% dos entrevistados avaliavam a gestão do então ministro como ótima ou boa, segundo outra pesquisa do Datafolha.

A sintonia entre o ex-juiz e o presidente, no entanto, começou a ser ameaçada quando a “carta branca” a Moro, anunciada por Bolsonaro, passou por restrições já no primeiro ano de governo. Em agosto de 2019, Bolsonaro pressionou Moro pela troca no comando da superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro. A mudança no titular desse cargo, no entanto, é de responsabilidade do chefe da pasta de Justiça, segundo reportagem do UOL (Militão, 2020), que também aponta que Bolsonaro gostaria que assumisse o então Superintendente do Amazonas, porém o escolhido foi o de Pernambuco. Conforme o texto, Bolsonaro teria a intenção de realizar trocas novamente, conforme citado por Moro durante o pedido de demissão.

A pressão de Bolsonaro seria estendida para a troca no comando da Diretoria-Geral da Polícia Federal (PF), cujo titular era Maurício Valeixo, que havia sido indicado ao cargo por Moro. A demissão de Valeixo foi publicada no Diário Oficial da União ainda na manhã do dia 24 de abril de 2020. A nomeação para esse cargo é de prerrogativa do Presidente da República, segundo a Lei n.º 13.047/201420, mas a decisão não é absoluta. Em reportagem no blog de Fausto Macedo, no site do Estadão, por exemplo, Gabriel Andrade (Andrade, 2020) aponta que

a nomeação de ministros, assim como a escolha para diretor-geral da PF, é de responsabilidade do presidente, conforme previsto na Constituição e na Lei n.º 13.047/2014, respectivamente. Porém, prossegue, o entendimento do STF em outras ocasiões foi o de que a prerrogativa não é absoluta, tendo em vista que se vincula ao interesse público. Assim, o ato torna-se passível de anulação, quando se escaparem princípios que são subjacentes (Andrade, 2020).

O decreto de exoneração contava com a assinatura de Moro e de Bolsonaro. O então ministro, no entanto, negou que tivesse realizado a ação. O documento também indicava que a exoneração havia sido efetuada a pedido, ou seja, por solicitação do ocupante do cargo, o que foi negado, posteriormente, por Moro, no pronunciamento, e por Valeixo, em depoimento à PF (Megale; Talento, 2020). Em 27 de abril, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, autorizou a abertura de inquérito para apurar o caso, atendendo a pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, realizado em 24 de abril de 2020. O pedido de demissão de Moro e os relatos feitos contra o presidente foram objeto de ampla cobertura dos veículos de comunicação durante aquela sexta-feira, 24 de abril de 2020, deixando em segundo plano, inclusive, o espaço dado à pandemia da covid-19 em um momento em que o número de casos e de mortes pela doença aumentavam exponencialmente no país. Após o pronunciamento, Moro enviou uma carta de demissão, conforme a CNN Brasil (Adjuto, 2020).

Em seguida, o então presidente anunciou, em publicação no site de rede social Twitter, que iria realizar uma coletiva para “restabelecer a verdade” (Bolsonaro, 2020). Às 17 horas do mesmo dia, Bolsonaro realizou um pronunciamento, de cerca de 45 minutos, no Palácio do Planalto, refutando as acusações realizadas pelo ex-ministro e dando a versão dos acontecimentos a partir de seu ponto de vista. O presidente estava acompanhado dos ministros de seu governo, parlamentares e apoiadores. As repercussões do fato também estiveram presentes nos telejornais na edição do dia seguinte, embora com menor destaque.

## **2 O Jornal da Record e a Igreja Universal do Reino de Deus**

O Jornal da Record surgiu na década de 1970, quando a emissora decidiu enfatizar programas de entrevistas e jornalismo na programação. Ao longo dos anos, o telejornal vem apresentando aspectos presentes no principal telejornal da TV Globo, o Jornal Nacional, que vão desde a semelhança de cenários, a presença de jornalistas que trabalharam na emissora concorrente, e mesmo a postura adotada na condução dos jornalísticos, como a implementação do ato em que o apresentador levanta da banca e vai até o telão. Em análise realizada sobre o posicionamento discursivo do telejornal, Ferreira e Sampaio (2011) apontam que:

Observamos, a partir da análise do programa, que o JR oferece uma organização a sua sequência das notícias obedecendo à lógica proposta pelo Jornal Nacional (JN) da concorrente Rede Globo. Excetuando a promessa de sempre exibir as notícias cuja temática são os crimes e ação policial logo no início do programa, as outras matérias são veiculadas ao sabor da estrutura dos blocos do JN. Essa estratégia do JR ao mesmo tempo em que pode conseguir cativar alguns espectadores do JN, evidencia também o aspecto referencial do jornal de maior audiência do país e sua influência sobre outros telejornais, que buscam ocupar tal lugar privilegiado (Ferreira; Sampaio, 2011, p. 172).

Nesse ponto, cabe realizar um breve resgate histórico sobre a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Record TV. A emissora, que era propriedade de Silvio Santos e do grupo Machado de Carvalho, foi comprada pelo bispo Edir Macedo, fundador e líder da IURD, em 1989, por US\$ 45 milhões, segundo reportagem da Folha de S. Paulo, mas a transferência de propriedade só foi concluída em 1994<sup>3</sup>. Conforme Fonteles (2012), a igreja era responsável pela compra de horários televisivos da emissora durante a madrugada, de modo que nas outras 19 horas de programação destinava 11 horas ao jornalismo. Segundo ele, ao observarmos, podemos considerá-la como qualquer outra emissora.

Essa opção se coloca como estratégia eficiente, visto que a própria emissora passa a ser conhecida como canal de notícias, alavancando a audiência das demais programações e atraindo anunciantes de peso [...] essa nova estratégia, adotada desde 2004, assimila o reduto sincrético, religioso e popular no qual a IURD se originou, reconfigurando suas mensagens para essa nova classe C em ascensão (Fonteles, 2012, p. 68)

Antes da compra da Record TV, a IURD já dispunha de espaços em veículos de rádio, utilizados para expandir a presença da igreja (Fonteles, 2012). Com a aquisição do canal de TV, a igreja passava a contar com outro meio de comunicação para a divulgação de conteúdos de seu interesse. “Na fase inicial, o discurso religioso era fortemente presente e contrapunha-se à doutrina católica, primeiro inimigo a ser vencido. Tal ponto apresentava-se como um terreno a ser explorado pela IURD na busca de fiéis”. (Fonteles, 2012, p. 70). Em sua tese, Fonteles divide a organização da emissora em três períodos, sendo o primeiro, “a, de 1989 a 1995 - um período evangélico que tem início na aquisição da emissora até o ano do episódio em que um bispo chuta a imagem de uma santa em um programa exibido na madrugada; b) de 1995 a 2004 - período de definição de reformulação e de intensa defesa da conquista; e c) de 2004 ao período atual - período midiático, secular e acentuadamente empresarial” (Fonteles, 2012, p. 71).

Desde 2004, portanto, o jornalismo da Record TV passou por uma reformulação, emulando, no início, o padrão Globo de qualidade, mas desenvolvendo novas imagens com a utilização de programas para a classe C (Fonteles, 2012). Um desses exemplos foi a contratação

---

<sup>3</sup> No dia 23 de fevereiro de 1994, Itamar autorizou a transferência definitiva da Record para Edir Macedo (BISPO, 1996).

do jornalista Celso de Freitas, em 2004, que passou a ser titular do Jornal da Record a partir de 2006, após ter apresentado o “Domingo Espetacular” e o “Repórter Record”. O apresentador trabalhou na Globo por 32 anos. A companheira de bancada de Freitas seria a jornalista Adriana Araújo, após permanecer por 11 anos na Globo. Outro investimento realizado para a área de jornalismo foi a contratação de um nome já conhecido do público, que havia passado 18 anos na Globo, a jornalista Ana Paula Padrão, em 2009. Em detrimento dos investimentos, a relação entre a influência da IURD e os respectivos interesses no jornalismo da Record TV permeia o imaginário popular.

o *ethos* jornalista da Record está presente na emissora, mas os constrangimentos e influências da religião (Organização IURD), por estar numa grande central- sede da Rede em São Paulo, e, também por estar no centro formador da opinião do país, não são percebidos de forma direta, embora permeiem a consciência de todos (Fonteles, 2012, p. 258).

Essa relação pode ser vista em episódio recente. Após o bispo e proprietário da emissora, Edir Macedo, declarar apoio ao então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, durante as eleições presidenciais de 2018, jornalistas do Grupo Record, composto pela emissora de televisão, rádio e o portal R7, denunciaram ao sindicato dos jornalistas profissionais, no estado de São Paulo, de estarem sofrendo pressão para beneficiarem o então candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL) e prejudicar o adversário no segundo turno, Fernando Haddad (PT).

Ainda durante o primeiro turno, o Jornal da Record exibiu, em 4 de outubro de 2018, uma entrevista exclusiva com Bolsonaro no mesmo horário em que ocorria, na TV Globo, o último debate antes do pleito. Por recomendação médica, o então candidato não participou do debate por ainda estar se recuperando de um atentado a faca que sofrera em setembro, ainda no período de campanha, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. A entrevista foi marcada pelo reforço das ideias já propagadas pelo então candidato, com amplo espaço de tempo, e pela ausência de perguntas incisivas.

Dentro do contexto político e social brasileiro dos últimos anos, a Record TV e o Jornal da Record tiveram grande ascensão em número de audiência, obtendo importante papel também no cenário político brasileiro, no qual a TV Globo estava como principal figura. Conforme Porto (2020):

Assistimos, em 2018, à consolidação de uma nova e heterogênea aliança política através da mobilização de diversos setores e que se estabelece com uma forte oposição às instituições que constituíram, após o período de redemocratização em 1985, o bloco histórico hegemônico. No campo da mídia, o bloco histórico tradicional esteve sustentado no poder comunicacional da Rede Globo de televisão. Todavia, a nova aliança política conservadora se sustenta principalmente no poder comunicacional da

Record TV, estabelecendo no Brasil uma nova modalidade de paralelismo político e levando a mudanças importantes nos padrões de comunicação política (Porto, 2020, p. 7).

A postura mais alinhada ao atual governo também apresenta reflexos diretos no Jornal da Record e no jornalismo da emissora. Em 2020, a então âncora do Jornal da Record Adriana Araújo saiu do comando do jornalístico. De acordo com veículos de comunicação que apuram os bastidores de emissoras de televisão, o motivo teria sido o fato de a jornalista ter tecido críticas ao presidente em seu perfil em uma rede social. A ação culminou na não renovação do contrato de Adriana, que deixou a emissora após 15 anos.

### 3 Jornalismo e enquadramentos

Ao falar de enquadramentos, Pozobon e Schaefer (2014) apontam que o sociólogo Erving Goffman utiliza os estudos de Bateson para aplicar o conceito de enquadramento nas interações sociais<sup>4</sup> e que define os enquadramentos como quadros de referência, nas palavras dos autores, “estruturas cognitivas construídas socialmente que são acionadas pelos indivíduos para definir e dar sentido a eventos e situações sociais, organizando assim aquilo que veem e experimentam na sua vida cotidiana” (Pozobon; Schaefer, 2014, p. 158). Para Goffman (1986):

Eu suponho que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – ao menos os sociais - e nosso envolvimento subjetivo neles; *frame* é a palavra que eu uso para esses elementos como eu sou capaz de identificar. Essa é a minha definição de *frame*. Minha frase ‘*frame analysis*’ é um slogan para se referir a exame em nesses termos de organização da experiência (Goffman, 1986, p. 10-11, tradução nossa).

Os princípios de organização, nesse sentido, contribuem para que o indivíduo possa estabelecer relações com o que presencia, de forma a compreender determinada situação. Outro olhar para o texto de Goffman é dado por Porto (2004), para quem o autor estabelece que o enquadramento funciona como princípios de organização que atuam nos eventos sociais e no envolvimento de cada pessoa neles.

Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: “O que está ocorrendo aqui?”. Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas darem sentido aos eventos e às situações sociais (Porto, 2004, p. 78).

---

<sup>4</sup> Presente no livro “Frame analysis: an essay on the organization of experience”

Ainda, na linha de interpretação de Porto, o enquadramento atua para que o indivíduo possa compreender a realidade que o cerca, para que haja uma adaptação de acordo com o contexto presenciado. De acordo com Carvalho (2009), em reflexão sobre o conceito de enquadramento de Goffman,

Interessa ao autor o problema de como os indivíduos se utilizam dos enquadramentos como estruturas cognitivas que são fundamentais para a sua percepção e trânsito pelas diversas realidades sociais com as quais tomam contato (Carvalho, 2009, p. 4).

Carvalho lembra que para entender os significados de determinada situação, o indivíduo acionará “um repertório dado por sua inserção no mundo, recuperando, ou melhor dizendo, valendo-se de estruturas cognitivas” (Carvalho, 2009, p. 4) que possam auxiliar no processo, de modo a selecionar um aspecto em particular de uma cena, que prevalecerá sobre outros. “Essas estruturas são definidas por Goffman como quadros primários” (Carvalho, 2009, p. 4).

Mendonça e Simões (2012) assinalam que, para Goffman, as molduras não são definidas individualmente, mas têm construções e modificações sociais e contextuais. Pozobon e Schaefer observam que a socióloga Gaye Tuchman incorporou o conceito aos estudos do jornalismo, de modo a promover uma ampliação na perspectiva de entendimento do papel da atividade jornalística, e a função da notícia como elemento que contribui com a construção social da realidade. Ambos, referindo-se a Tuchman, apontam que, a partir do livro *Making News*, publicado em 1978, “a autora sustenta que as notícias definem um enquadramento que orienta um entendimento específico do assunto retratado e, por consequência, constroem a realidade” (Pozobon; Schaefer, 2014, p. 159).

Porto (2004, p. 91) aponta uma classificação entre dois enquadramentos: noticioso e interpretativo. O primeiro “são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos”. Já os enquadramentos interpretativos são operados em âmbito mais específico, possuindo independência relativa em relação aos jornalistas que realizam seus relatos:

Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc. (Porto, 2004, p. 92).

Tais interpretações, afirma o autor, são promovidas por atores sociais diversos, com a inclusão de representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos e associações profissionais. Para Porto, os jornalistas contribuem com os respectivos enquadramentos

interpretativos na produção das notícias, mas “este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalística.” (Porto, 2004, p. 92).

Nesse sentido, aponta Porto, os enquadramentos são entendidos como recursos para organização do discurso, por meio de práticas específicas como seleção, ênfase e exclusão. Esses procedimentos podem ser vistos quando analisadas as práticas jornalísticas, de seleção dos acontecimentos, baseadas em critérios de noticiabilidade, por exemplo, e, além disso, a ênfase em determinados fatores em uma notícia e a exclusão daquilo que não será publicado. Dessa forma, o jornalista transmite ao espectador um determinado ponto de um acontecimento, que, por sua vez, terá contato com aquilo que foi retratado pelo profissional.

Entman aponta que o frame:

- Define problemas - “determina o que um agente causador está fazendo, com quais custos e benefícios, usualmente medido em termos de valores culturais comuns”;
- Diagnostica causas - “identifica as forças que criam o problema”;
- Faz julgamentos morais - “avalia agentes causais e seus efeitos”
- Sugere soluções - “oferece e justifica tratamentos para os problemas e prevê seus efeitos desejados” (Entman, 1993, p. 52 - tradução nossa).

Ainda segundo o autor, uma única sentença pode conter mais de uma dessas quatro funções, entretanto muitas sentenças em um texto, podem não conter nenhuma delas. “E um frame em um texto particular pode, não necessariamente, incluir todas as quatro funções” (Entman, 1993, p. 52 - tradução nossa). Gutmann afirma que o autor apresenta elementos que podem ser observados com o objetivo de se identificar o enquadramento de uma reportagem, sendo palavras-chaves, metáforas, conceitos, símbolos e imagens enfatizadas na narrativa jornalística.

#### **4 Perspectivas metodológicas<sup>5</sup>**

Como trâmites metodológicos, primeiro serão convocadas perspectivas da análise de conteúdo para a realização de uma análise de forma a buscar obter o foco promovido pelos telejornais ao tema. Bardin (2011) aponta que as fases da análise são organizadas em três polos, descritas como a pré-análise, a exploração do material e, por último, o tratamento dos resultados, inferência e a interpretação. A primeira é descrita como a fase de organização, operacionalização e sistematização das ideias que serão desenvolvidas. “Geralmente, essa primeira possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (Bardin,

---

<sup>5</sup> Essa organização metodológica foi utilizada em outro artigo enviado, com outra objetivação, pelos autores para apreciação para publicação em outro periódico científico.

2011, p. 125). A segunda etapa, de exploração do material, consiste na análise, a aplicação do que foi estabelecido na etapa anterior, composta por “operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2011, p. 131). Por fim, na etapa de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados são tratados, de forma que “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos - ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 2011, p. 131).

Com isso, a análise de conteúdo será utilizada como um dos elementos para estruturar a análise de enquadramento, contribuindo para uma visão mais ampla sobre as coberturas e fornecendo subsídios para as outras etapas da análise, que também se baseará no que propõe Entman (1993, p. 52) em sua definição de enquadramento, quando aponta que ele define problemas, diagnostica causas, faz avaliação moral e sugere soluções. Desse modo, foi realizada uma análise qualitativa, com base em reportagens sobre o tema exibidas nos dias 24 e 25 de abril de 2020, para determinar os seguintes aspectos nas coberturas: como o problema foi definido pelos telejornais, a interpretação da causa, uma avaliação moral da situação e, se houver, a recomendação ou solução proposta para o problema em questão. Para isso, serão observados as presenças e repetições de elementos como palavras-chaves, metáforas, conceitos, símbolos e imagens enfatizadas na narrativa jornalística (Gutmann, 2006). As reportagens assistidas foram acessadas a partir do canal do telejornal no Youtube e para melhor compreensão, foram realizadas transcrições.

Será considerado, também, o enquadramento noticioso, conforme apontado por Porto (2004, p. 91), que são “padrões de seleção, apresentação e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos”. Os elementos citados acima serão somados a outro passo, contribuindo para a elaboração de uma análise seguindo o que aponta Rothberg (2007):

Para se produzir uma descrição competente de enquadramento, os métodos são variados. Uma maneira simplificada consiste em inventariar itens de informação que podem ser classificados em categorias de seleção, exclusão e ênfase (Rothberg, 2007, p. 11).

Para Rothberg (2007), a seleção refere-se aos dados apresentados no texto, enquanto a exclusão alcança informações que deveriam estar contidas no conteúdo “a fim de atender os critérios de pluralidade e equilíbrio em enquadramentos temáticos, completos o suficiente para um entendimento mais amplo do assunto em questão” (Rothberg, 2007, p. 11).

## 5 Análise do objeto

Em relação à definição do problema observada no Jornal da Record, essa pode ser percebida em alguns pontos presentes desde o início do telejornal exibido no dia do pedido de demissão, 24 de abril. A cabeça e o início de reportagem com a apresentação do pronunciamento de Moro, apresentam a seguinte redação:

Sérgio Aguiar: O nome mais popular do governo Bolsonaro pediu demissão hoje. O ex-juiz Sérgio Moro, que comandou a Lava Jato, disse que não teve carta branca para atuar no Ministério da Justiça.

Janine Borba: Antes de deixar o cargo, Sergio Moro fez várias acusações contra o presidente, Jair Bolsonaro.

Tiago Nolasco: - A situação de Sergio Moro no governo, que já era difícil, ficou insustentável depois que essa mensagem foi publicada no Diário Oficial da União. O presidente exonerou do cargo de diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. Insatisfeito, Moro chamou a imprensa e falou por quase 40 minutos, lembrou da atuação como juiz federal nos processos da operação Lava Jato. Negou que tenha aceitado o cargo para alcançar uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

O problema, portanto, é definido como o fato de Moro não ter concordado com a exoneração do diretor-geral da Polícia Federal, ter saído do governo e resolveu fazer acusações contra o presidente. Bolsonaro negou as declarações de Moro e fez acusações contra o ex-ministro. Aliado a isso tem-se a informação de que Moro disse não ter tido carta branca, o que remete ao diagnóstico da causa, que seria a insatisfação com discordâncias em decisões com o presidente, entre elas sobre a nomeação de cargos, que é prerrogativa do presidente.

A questão da carta branca que é citada por Aguiar, no entanto, não é devidamente esclarecida, ficando, somente, na fala de Moro. Esses elementos também fornecem bases para a formulação da avaliação moral, que consiste no fato de que o ministro mais popular teve discordâncias com negativas do presidente sobre decisões que tomou no cargo e a demissão de Valeixo foi o estopim para que ele tomasse a decisão de sair e fazer acusações contra o presidente. No início do telejornal, é possível observar como a cobertura será destacada. Os apresentadores a anunciam, na escalada, da seguinte forma:

Janine Borba: Sergio Moro deixa o Ministério da Justiça e diz que o presidente Bolsonaro tentou interferir na Polícia Federal.

Sérgio Aguiar: Presidente rebate, diz que Moro tem compromisso com seu ego e afirma que ex-ministro tentou negociar vaga no STF.

Janine Borba: A repercussão no Brasil e no exterior.

Sérgio Aguiar: E a reação do mercado financeiro.

As duas primeiras falas são acompanhadas, na tela, com os termos “ataque”, no caso de Moro, e “contra-ataque”, no caso de Bolsonaro, e há o anúncio de que serão exibidas as

repercussões sobre o caso. Os termos destacados remetem à imagem de confronto entre as partes. Primeiro, foi apresentado o pronunciamento de Moro, em vídeo. Como já demonstrado, é destacada a afirmação do ex-juiz de que não teve carta branca, e que saiu do cargo após a publicação do decreto de exoneração de Valeixo no Diário Oficial da União. Em seguida, são exibidos trechos do pronunciamento com a fala do ex-ministro. O *off* do repórter anuncia um ponto principal de cada fala, mas as sonoras, por vezes, abordam também dois ou mais assuntos, de modo que parte das declarações, como a da promessa de carta branca e a afirmação de Moro de que não assinou o documento, estão contidas em longas sonoras do ex-ministro.

O repórter Tiago Nolasco anuncia as falas de Moro por seis vezes durante a reportagem. Na primeira, anuncia que Moro lembrou a atuação na Lava-Jato e negou que teria aceitado o cargo no ministério para que fosse indicado para o Supremo Tribunal Federal. Em seguida, o jornalista aponta que o ex-juiz começou a revelar os motivos da saída do governo. Na terceira, Nolasco cita que Moro falou que o presidente quis interferir na PF. Nos quatro *offs* seguintes, o repórter afirma que: o ex-ministro relatou a conversa que teve com Bolsonaro no dia anterior; que não era desejo de Valeixo sair do cargo; que Moro fez mais acusações ao presidente e que ele se despediu. Ao final, Nolasco afirma:

Tiago Nolasco: Ainda diante do impacto político incalculável da demissão do ministro mais popular, o governo decidiu reagir. Essa foi a nona demissão de ministros desde o início do mandato de Jair Bolsonaro.

A reação citada seria o pronunciamento de Bolsonaro, o que remete aos termos utilizados já na escalada do telejornal, com um tom de confronto, potencializado pelo uso das palavras “impacto” e “incalculável”, que promovem um tom de catástrofe. Ainda, há a repetição de que Moro era o ministro mais popular e um dos “nomes fortes” do governo, ressaltando uma possível autoridade e destaque do ex-juiz perante os chefes de outras pastas, de modo a reforçar a posição de que ele não estava contente na função pois, apesar de prestigiado, não era atendido pelo presidente, com constantes discordâncias relativas às ações conduzidas pelo ministério.

Na sequência, na cabeça sobre o pronunciamento de Bolsonaro, é citado que o presidente rebateu as acusações. As sonoras do presidente, nesse caso, são curtas e possuem maior contextualização sobre o assunto principal, com exceção da última, de 3 minutos e 24 segundos, no qual Bolsonaro aponta que as acusações de Moro são infundadas, que admirava o ex-juiz, mas se decepcionou. Nesse trecho ainda constam a parte final do pronunciamento e o encerramento, que são exibidos quase sem cortes, incluindo uma salva de palmas dos que estavam presentes.

Além disso, em duas oportunidades, há um resgate de informações que promovem uma ampliação do que foi citado pelo presidente, situando o que foi apontado, como pode ser visto em fala na qual o presidente acusa Moro de condicionar aceitar a troca no comando da PF caso fosse indicado ao STF. Logo em seguida, há uma explicação de que em novembro de 2020 o ministro do Supremo, Celso de Mello, iria se aposentar por atingir a idade limite de 75 anos.

Outro aspecto selecionado pelo telejornal para ser exibido são as discordâncias que Moro teve com Bolsonaro, enquanto o ex-ministro estava no cargo. Na abertura do texto, narrado por Sérgio Aguiar, é mencionado que essas divergências foram constantes e que, no passado, o presidente já havia cogitado a troca de Valeixo na direção-geral da PF quando tentou mudar o superintendente da PF no Rio de Janeiro. Não há menção à palavra interferência nesse ponto, como visto no Jornal Nacional, que também abordou esse episódio em reportagem sobre o histórico de Moro no governo. São citados, ainda, os episódios em que Bolsonaro vetou a indicação feita por Moro da cientista política Ilona Szabó para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, outro em que Moro pediu para que o presidente vetasse a criação do juiz de garantias no pacote anticrime, mas não foi atendido. Ainda, há menção sobre a possibilidade abordada por Bolsonaro de divisão do Ministério em duas pastas, da Justiça e Segurança Pública, e a perda do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) para o Banco Central. Ambos os episódios, conforme o texto, não teriam agradado Moro, que também ficou insatisfeito.

A partir desse ponto a cobertura passa a ser focada nas consequências e ações derivadas do fato. De Brasília, o repórter Luiz Fara Monteiro passa, rapidamente, as informações sobre o pedido de abertura de inquérito feito pela PGR ao STF. Em resumo, são listados os potenciais crimes cometidos por Moro ou por Bolsonaro, entre eles denúncia caluniosa, obstrução de justiça, falsidade ideológica, corrupção passiva privilegiada, crime contra a honra. Ao final, também é mencionado que o governo publicou um novo decreto de exoneração de Valeixo, com as assinaturas de Bolsonaro e dos ministros da Casa Civil, General Braga Neto, e da Secretaria Geral da Presidência da República, Jorge Oliveira. Não há menção, no entanto, do motivo que levou a reedição do decreto e a uma nova publicação, ou mesmo que a ação acontece após Moro ter negado que tenha assinado o documento. Sem o devido contexto, a informação parece estar solta, sendo uma medida sem maiores implicações.

A cobertura do Jornal da Record também apresenta os possíveis substitutos de Moro e Valeixo no Ministério da Justiça e Segurança Pública e na direção geral da Polícia Federal, na reportagem de Cláudio Cavagnole. A hipótese de separação do ministério em duas pastas também é abordada. Esses pontos já especulam sobre a continuidade do governo, e o que poderá

acontecer em um futuro breve. O espaço relativo à repercussão no mercado e na bolsa é relativamente curto, com 27 segundos, nos quais são mencionadas as altas do dólar, que seria a quarta na respectiva semana, e a queda de 5,75% no índice Bovespa.

Essa parte inicial da cobertura termina com o comentário de Augusto Nunes. Na segunda parte, o telejornal aborda a repercussão entre diferentes setores, por meio de duas reportagens. A primeira tem como foco declarações efetuadas por juízes e governadores acerca da demissão de Moro exibidas após painéis contra o presidente da República, mostrados no início do vídeo. São mostrados trechos de falas do governador de São Paulo, João Dória (PSDB), do então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), e do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Com exceção desse último, que teceu críticas diretas ao presidente, os outros citados ressaltaram a atuação do ex-juiz no combate ao crime e à corrupção.

As falas de magistrados sobre as acusações do ex-ministro também são mostradas, com representantes da Associação dos Magistrados brasileiros, que lamentou a saída de Moro e destacou a atuação dele como ministro, e da Associação de Juízes Federais do Brasil, que ressaltou a importância de se manter a autonomia da PF. O mesmo tom foi adotado por Deltan Dallagnol, procurador da força tarefa da Lava-Jato em Curitiba, em mensagem publicada em rede social e exibida no telejornal.

Em seguida, o foco principal da próxima reportagem foi a repercussão especificamente em Brasília sobre o pronunciamento de Bolsonaro, que inicia com a apresentação da resposta de Moro, em rede social, sobre acusações feitas pelo presidente, negando que condicionou a troca de Valeixo pela nomeação ao STF. Ainda é apresentada a mensagem do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, que, conforme o repórter, ironiza a fala do presidente. Em seguida, é informado que os presidentes das casas legislativas, Rodrigo Maia (Democratas), da Câmara dos Deputados e Davi Alcolumbre (Democratas), do Senado Federal, além do presidente do STF, Dias Toffoli, não se pronunciaram. Nesse ponto, são exibidas as opiniões de dois deputados da base governista, Carla Zambelli (PSL) e Daniel Silveira (PSL), que elogiam o pronunciamento do presidente.

Ainda no quesito de repercussão do caso, a cobertura do Jornal da Record termina com a exibição de reportagem sobre como a imprensa internacional noticiou o fato. São exibidos trechos destacados de reportagens sobre assunto, divididos entre os destaques em torno do pronunciamento de Moro e, em seguida, de Bolsonaro. Para o ex-ministro, as notícias destacam o pedido de demissão após o afastamento de Valeixo, a acusação de conduta inapropriada e interferência política, e classificam a saída como um duro golpe, que enfraquece o governo.

Enquanto para Bolsonaro, há citações sobre o fato de o presidente ter declarado que não pediu proteção para ninguém da família e negou ter interferido na Polícia Federal, além da menção ao fato de o presidente ter defendido a exoneração de Valeixo com o argumento de poder de veto em cargos chave.

Na edição do dia 25 de abril, o assunto é retomado em uma reportagem que indica o fato de o presidente ter se reunido com deputados e integrantes de seu governo no Palácio da Alvorada. Também é exposta a possibilidade de divisão da pasta da Justiça e Segurança Pública em duas. A reportagem ainda aborda a troca de “farpas”, seguindo o termo utilizado, entre Bolsonaro e Moro no Twitter. Nesse ponto, destaca-se a exibição de mensagem do presidente relatando sobre o episódio do que ficou conhecido como Vaza-Jato, já explicitado no capítulo anterior, em que afirma que apoiou o ex-juiz. Esse é o único momento em que esse caso é citado nas duas edições do telejornal. A resposta de Moro, de que também forneceu apoio ao presidente em outro momento, também é exibida.

Ao final da reportagem, a repórter Renata Varandas cita o pedido de abertura de inquérito ao STF para apuração das acusações de Moro e que o ministro Celso de Mello ficou responsável pela condução do caso, além da ordem emitida pelo também ministro do STF, Alexandre de Moraes, para manutenção dos delegados da PF que já atuavam em investigações contra *Fake News* sobre os magistrados, e sobre as manifestações antidemocráticas, independentemente da troca no comando da PF. Nesse ponto, no entanto, não são citadas as acusações, nem que o presidente participou de uma dessas manifestações. Não são mencionadas as supostas interferências políticas de Bolsonaro na PF ou as outras acusações de Moro. Ao final, em uma entrada ao vivo, a repórter destaca que os possíveis ocupantes do Ministério da Justiça podem ser do poder Judiciário, citando o alinhamento a posições do presidente como uma vantagem em um deles. Ao mencionar um dos cotados para o cargo, a repórter cita o nome de Ivan Sartori que, segundo o que foi informado, havia sido presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Um fator nessa fala, no entanto, desperta atenção:

Renata Varandas: [após citar cotados para o cargo, afirma:] um outro nome que agrada tanto o presidente Jair Bolsonaro, quanto o filho, Eduardo Bolsonaro, é Ivan Sartori, que foi presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. A expectativa é de que Sartori se reúna ainda agora, já na semana que vem, com o presidente Jair Bolsonaro.

É relatado que o nome de Sartori é bem-visto pelo presidente e por seu filho, Eduardo Bolsonaro (PSL), que é deputado federal. O filho, portanto, é membro do poder Legislativo, mas influencia na escolha dos ministérios, como citado pela repórter. Não fica claro, porém, porque há menção a Eduardo nesse caso. Com a exposição do que foi selecionado, é necessário

também elencar o que foi excluído da cobertura, de modo a garantir uma abordagem mais plural e equilibrada. É preciso destacar, no entanto, que não é possível indicar, de fato, o motivo das ausências, tendo em vista também as rotinas de redação e os elementos inerentes à prática jornalística atual, como a exigência de rapidez para que as reportagens sejam exibidas ou o tempo pré-determinado para ser veiculada no produto - nesse caso, o telejornal.

Considerando alguns apontamentos já efetuados, a observação do telejornal permite notar que há uma tentativa em garantir um espaço para cada um dos envolvidos, como na apresentação dos pronunciamentos e das repercussões, que são separadas especificamente para ambos. A partir de tal ação, entretanto, o que permanece é a tentativa de noticiar a maior quantidade de conteúdo possível sem o devido aprofundamento. A ausência de maior detalhamento das informações é insuficiente, principalmente na contextualização do caso para o público. Por mais que haja uma reportagem específica para indicar a relação de conflitos dos envolvidos, os motivos não são claros, de modo a transparecer, em uma das interpretações possíveis, que foram meras discordâncias sem causa, apenas por insatisfações.

Não há espaço para as ações que Moro implementou ou tentou implementar durante o governo, quando ainda era ministro, assim como para o histórico de Moro quando ainda era juiz. Tal demonstração poderia ampliar o debate sobre a situação exposta. Uma possível abordagem poderia indicar, ainda, o que representa a direção-geral na hierarquia da corporação, qual o papel exercido pelo ocupante desse cargo, ou mesmo a inclusão de um histórico de Valeixo antes e durante a posição. No mesmo sentido, a apresentação de ações do presidente em relação à PF poderia significar um contexto maior de informações, fornecendo elementos para que o espectador possa embasar a sua opinião. Na apresentação dos pronunciamentos também é possível observar duas abordagens distintas. No caso de Moro, como já elencado, há a ausência de maior desenvolvimento do cenário em questão, ou mesmo de aspectos mencionados pelo ex-juiz, a exemplo do que ocorre na apresentação do pronunciamento do presidente.

Esse item pode ser visto na divisão do tempo de sonoras de cada um, que é maior para Moro. Além disso, outros pontos que poderiam subsidiar e ampliar a cobertura são a exposição de fala do presidente sobre a concessão de carta branca a Moro para o combate à corrupção e ao crime organizado. Esse ponto é mencionado duas vezes no telejornal, uma pelo apresentador, que atribui a Moro a declaração de que não teve carta branca, e outra pelo próprio ex-juiz, em trecho que acusava o presidente de tentar interferir na PF. A exclusão desse elemento deixa em aberto, somente no campo declaratório, da mera acusação, o tópico sobre a possível violação de carta branca. Ainda, mais um ponto excluído na cobertura refere-se às mensagens enviadas ao Jornal Nacional por Moro, com o presidente da República e com uma deputada federal, que

indicariam provas sobre as acusações de interferência e de que não condicionou a aceitação da troca na PF a indicação para o STF. Não há menção nem mesmo na cobertura de sábado do telejornal. Mesmo considerando que se trata de um furo jornalístico obtido pelo JN, o conteúdo é importante para a compreensão do caso e poderiam funcionar como provas das acusações, considerando o inquérito que seria aberto para apurar os relatos do ex-juiz.

Partindo para a exposição dos componentes enfatizados pelo JR, esses são observados, principalmente, na fala dos apresentadores. Desde a escalada, o telejornal adota o tom de confronto, com o uso de termos como “ataque” e “defesa”, exibidos na tela, “impacto incalculável”, “decidiu reagir”. No mesmo sentido, os adjetivos indicam o sentimento de Moro em momentos quando estava no governo, como “insatisfeito”. A ênfase desse aspecto promove um entendimento de que Moro não estava feliz no cargo, e decidiu sair do cargo por não ter tido carta branca, além de fazer acusações contra o presidente. Portanto, o enquadramento observado no telejornal ao longo das duas edições pode ser analisado majoritariamente como conflitivo, conforme trabalhado por Rothberg.

Nesse caso, a ênfase das matérias recai sobre o potencial de disputa em tese envolvido nos movimentos dos políticos. Os significados mais gerais de suas ações, referentes à administração mesma de políticas públicas, com antecedentes, critérios, resultados etc. são negligenciados (Rothberg, 2007, p. 5).

A negligência em torno de um contexto maior é observada na cobertura, e os potenciais de disputa são observados durante as edições do telejornal. Por outro lado, a cobertura foca-se, também, em aspectos secundários, como as repercussões entre políticos, juristas e organizações, deixando de focar na exibição do problema em central, o que nos remete para um enquadramento secundário episódico.

## **6 Considerações finais**

O destaque obtido pela demissão do ministro Sergio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública na edição do Jornal da Record no dia 24 de abril de 2020 indicam a gravidade do tema para o governo. O assunto dominou o noticiário, mesmo em um período em que o país e o mundo ainda estavam descobrindo como lidar com a covid-19, que já havia sido declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, o fato envolvia duas personalidades que estavam em foco no cenário nacional: o presidente da República Jair Bolsonaro (PSL) e um ministro de estado, que ainda dispunha de prestígio pela atuação durante a Operação Lava Jato. Por isso, as acusações de que o chefe do Executivo queria interferir no comando da Polícia Federal, feitas por Moro, tiveram grande peso e repercussão.

No entanto, a cobertura efetuada pelo Jornal da Record deixou certas pontas soltas. Sem a devida contextualização e histórico, feitos sem equilíbrio entre os envolvidos, promoveu uma leitura rasa dos acontecimentos, que segundo a análise pode ser definido como mera insatisfação do ex-ministro. Considera-se, porém, as rotinas e as exigências presentes no meio jornalístico, tais como a pressão do tempo para finalizar os conteúdos e encaixá-los dentro da programação da emissora e do tempo pré-determinado ao telejornal.

Fato é que a cobertura privilegiou mais o embate entre os dois principais envolvidos no episódio, utilizando de termos e adjetivos que remeteram a uma dimensão catastrófica ao episódio. Nesse sentido, o enquadramento de conflito esteve presente durante a cobertura, inclusive com a exibição de manifestações de apoio a ambos. O que poderia ser uma tentativa de balancear a cobertura, demonstrou-se insuficiente, tendo em vista que a compreensão dos fatos foi prejudicada devido à falta de contexto, aplicado mais a um dos lados.

Para essas considerações, destaca-se a fundamental contribuição de Entman (1993), Porto (2004) e Rothberg (2007), assim como a aplicação da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011). A junção dos elementos forneceu bases para que fosse possível analisar a cobertura de modo mais crítico e restrito conforme os critérios estabelecidos.

## Referências

ADJUTO, D. Moro envia carta de demissão para Bolsonaro. **CNN Brasil**. 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/moro-envia-carta-de-demissao-a-bolsonaro/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

ANDRADE, G. E daí?’, é realmente absoluta a prerrogativa do presidente da República na nomeação do diretor-chefe da Polícia Federal? **O Estado de S. Paulo**. 29 abr. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/e-dai-e-realmente-absoluta-a-prerrogativa-do-presidente-da-republica-na-nomeacao-do-diretor-chefe-da-policia-federal/>. Acesso em: 07 fev. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BISPO comprou Record em 89. **Folha de São Paulo**. 14 jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/14/brasil/27.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BOLSONARO, J. M. **Hoje às 17h, em coletiva, restabelecerei a verdade sobre a demissão a pedido do Sr. Valeixo, bem como do Sr. Sérgio Moro**. Brasil, 24 abr. 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1253724196003295232>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CARVALHO, C. A. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporânea**, Salvador, v. 7, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3701>. Acesso em: 14 jun. 2020.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of fractured paradigm. **Journal of communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>. Acesso em: 30 Dec. 2024.

FARIA, F. Intacto, Moro supera em 25 pontos aprovação de Bolsonaro, mostra Datafolha. **Folha de São Paulo**. 5 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/intacto-moro-supera-em-25-pontos-aprovacao-de-bolsonaro-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em: 04 fev. 2021.

FERREIRA, G. M.; SAMPAIO, A. O. Entre o telejornal e a recepção: a construção do posicionamento discursivo do Jornal da Record. **Famecos**, v. 18, p. 163-179, 2011. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2011.1.8804>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/8804>. Acesso em: 30 dez. 2024.

FONTELES, H. **Fé na mídia**: um estudo das imagens técnicas (TV Record) como estratégia de comunicação e sobrevivência da Igreja Universal do Reino de Deus. 2012. 484 f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4423>. Acesso em: 06 mar. 2024.

GOFFMAN, E. **Frame analysis**: An essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GUTMANN, J. F. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? **Contemporânea**, v. 4, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/contemporanea.v4i1.3481>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3481>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269092012000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092012000200012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 jun. 2024.

MEGALE, B.; TALENTO, A. Valeixo diz à PF que nunca formalizou ao Planalto pedido de exoneração do cargo de diretor-geral. **O Globo**, 11 maio 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/valeixo-diz-pf-que-nunca-formalizou-ao-planalto-pedido-de-exoneracao-do-cargo-de-diretor-geral-24421576>. Acesso em: 08 fev. 2024.

MILITÃO, E. Alvo de intervenção de Bolsonaro, PF do Rio perdeu produtividade em 2019. **UOL**, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/28/pf-rio-de-janeiro-intervencao-jair-bolsonaro-ipo-productividade-2019.htm>. Acesso em: 4 fev. 2024.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. *In*: RUBIM, A. A. C. (org.). **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador: EdUFBA, 2004.

POZOBON, R. O.; SCHAEFER, R. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 16, n. 3, p. 157-168, set./dez. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/228893844.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.

ROTHBERG, D. Enquadramento e metodologia de crítica de mídia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 5., Aracaju, 2007. **Anais [...]**. Aracaju: SBPJor, 2007. Disponível em: [http://sbpjour.org.br/admjour/arquivos/coordenada\\_5\\_.danilo\\_rothberg.pdf](http://sbpjour.org.br/admjour/arquivos/coordenada_5_.danilo_rothberg.pdf). Acesso em: 16 mar. 2024.

STRUCK, J. P. Bolsonaro mudou lógica de como se faz campanha no Brasil. **Deutsche Welle**. 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/ptbr/bolsonaro-mudou-l%C3%B3gica-de-como-se-faz-campanha-no-brasil/a-45792809>. Acesso em: 24 fev. 2024.

**Data de submissão:** 13 de dezembro de 2021

**Data de aceite:** 26 de setembro de 2024